

Apresentação Dossiê Patrimônio Imaterial no Brasil: trajetórias, participação social e políticas de reconhecimento

Letícia C. R. Vianna

Doutora em Antropologia, pesquisadora do INCTI/UnB/CNPQ e consultora em projetos na
Unesco.

e-mail: viannaleticia@hotmail.com

Patrícia Alcântara

Doutora em História e Historiadora do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
(IPHAN) na superintendência do Piauí.

e-mail: patyalcantaraufca@gmail.com

Patrícia Martins

Doutora em Antropologia Social e docente do Instituto Federal do Paraná.

e-mail: patricia.martins@ifpr.edu.br

Em 2020 celebramos duas décadas de implementação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e com alegria lançamos este Dossiê através do Cadernos/Nauí/UFSC. Reunindo reflexões sobre experiências realizadas no âmbito das instituições de políticas culturais, universidades, organizações da sociedade civil, e os então nominados detentores do patrimônio cultural imaterial. Os autores são estudiosos em diferentes estágios da carreira acadêmica. E vários são, também, técnicos gestores e detentores do patrimônio cultural imaterial, e vivenciam as referências culturais em suas vidas cotidianas nas diferentes instâncias de agência da política do patrimônio cultural. O Dossiê oferece, assim, perspectivas que muito contribuem para a percepção dos cenários dessa política pública.

Propomos às leitoras e leitores que, nesse sentido, tomem como ponto de partida a tríade Estado, Academia Científica e Sociedade, e vamos observar no conjunto de artigos que: por um lado, os textos trazem dimensões onde o Estado e academia procuram desenvolver conceitos, legislação, princípios, instrumentos para a inclusão do patrimônio imaterial que proporcionam reparação à invisibilidade que as culturas de matrizes africanas, indígenas e populares tiveram na política de proteção e salvaguarda do patrimônio cultural ao longo da história do país. Por outro lado, vemos as comunidades e grupos sociais resistindo e preservando suas tradições; tendo protagonismo e participação em muitos processos de patrimonialização de suas referências culturais, superando a burocracia com criatividade e boa vontade. Cabendo a nós ressaltar também, que estas mesmas comunidades e coletivos, ao mesmo tempo que possuem suas práticas reconhecidas como patrimônio cultural imaterial brasileiro, ainda assim seguem historicamente enfrentando situações e contextos violentos de racismo, perseguição e opressão, tanto do ponto de vista físico quanto simbólico, pela agência do próprio Estado.

São muitos os assuntos e temas trazidos pelos autores e autoras, por aproximações temáticas e conceituais dividimos esse Dossiê em cinco seções. Na primeira seção, Inovação de Paradigmas temos o artigo de Hermano G. Queiroz: O Patrimônio Cultural Imaterial e a força normativa da Convenção para (da) Humanidade, que a traz a dimensão histórica da política para o patrimônio imaterial no Brasil de maneira articulada com a dimensão internacional, sobretudo no ambiente dos países membros da Unesco. Aborda, em especial, a criação da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial e o seu caráter normativo em relação aos países signatários, destacando a posição de vanguarda do Brasil neste cenário internacional, e a consistência e possibilidades dos instrumentos e marcos legais que vem sendo criados em nosso país. O artigo de Alessandra Lima Patrimônio Cultural Afro-Brasileiro e o

Registro de Bens Imateriais: Alcances e Limitações, trata da história da política para o patrimônio cultural no Brasil com o foco sobre o patrimônio cultural de matrizes africanas. Marca o caráter racista e excludente que predominou por muito tempo na política pública para o patrimônio; e o processo de mudança de paradigma inaugurada na década de 1980 – quando vai se dando a ampliação do horizonte para além da perspectiva eurocêntrica e racista - e que culminou com a implementação da política para o patrimônio imaterial no âmbito federal no início do século XXI. Aponta tensões, conflitos, avanços, impasses, desafios e perspectivas a serem observados sobretudo no que tange ao patrimônio cultural de matriz afro-brasileira.

Na seção Patrimônio Imaterial e Universidade vemos experiências exemplares no âmbito da academia científica nas quais os detentores dos saberes tradicionais, bem como suas cosmologias são trazidas para dentro das universidades não apenas como objeto de estudo, mas como mestres e epistêmes a serem levadas em consideração no universo acadêmico do ensino e pesquisa. O texto de Elaine Monteiro e Martha Abreu, sob o título Patrimônio Imaterial e Afirmção Negra: caminhos e encontros para uma educação antirracista, traz o pioneirismo da Universidade Federal Fluminense/UFF, na abordagem e inclusão das culturas e saberes afro-brasileiros como referência cultural e epistemologia legítima nos currículos de pedagogia, desde a década de 1990. Experiência que se aprimorou a partir dos anos 2000 pela necessidade da formação de professores de modo a cumprir a Lei 10.639 que trata da inclusão da cultura afro-brasileira nos currículos do ensino fundamental e médio; e pela necessidade de articular a formação dos professores com a nova realidade da universidade trazida pelo sistema de cotas. Nesse processo o artigo traz experiências que trouxeram a política do patrimônio imaterial para dentro da universidade. Já na segunda década do século XXI, a partir de toda uma expertise de inclusão epistêmica e social vem somar ao projeto Encontro de Saberes – tema do segundo artigo da seção. O Artigo intitulado O Encontro de Saberes e a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial de Letícia Costa Rodrigues Vianna e Ana Flávia Andrade de Figueiredo, traz a experiência iniciada em 2010 na Universidade de Brasília e que hoje já está presente em mais de uma dezena de universidades públicas brasileiras. Trata-se de realização de proposta crítica e complementar ao modelo de universidade humboldtiana, eurocêntrica e segmentada em especializações baseada na inclusão epistêmica e valorização do patrimônio cultural dos povos indígenas, quilombolas, dos povos de terreiro e grupos populares no âmbito do ensino superior, por meio da inclusão de mestres e mestradas como professores visitantes na graduação e pós-graduação em diferentes áreas do saber. Considerando a perspectiva de que os mestres e mestradas

dos saberes tradicionais são tesouros humanos guardiões de conhecimentos e que de maneira exemplar e única transmitem esses conhecimentos de modo transdisciplinar e voltado para situações específicas.

Na seção Patrimônio em Processo temos dois interessantes artigos sobre Maracatu – um bem cultural reconhecido como patrimônio nas esferas estadual e federal: o artigo de Alexandra de Lima Cavalcanti, O Maracatu de Baque Solto e as Políticas Públicas de Cultura Em Pernambuco: Ritual, Tradição e Burocracia, e o artigo de Leonardo Leal Esteves, Patrimônio Cultural e Repressão Policial: O Caso da Proibição das Sambadas dos Maracatu de Baque Solto em Pernambuco. Sob diferentes perspectivas, os artigos trazem interessantes e importantes aspectos relativos à história recente das políticas públicas para as culturas populares e patrimônio cultural, problematizam o modelo da política participativa, apontando o desequilíbrio de poder entre Estado e os detentores das tradições culturais. Observamos que por um lado os detentores têm que se capacitar e se enquadrar na burocracia, que é excludente, e buscar meios para participarem efetivamente da política e escapar do clientelismo. E por outro lado o Estado não se capacita para a inclusão das diferentes lógicas na gestão do patrimônio cultural, como se bastassem às leis e não fosse importante uma espécie de educação patrimonial no interior do próprio Estado que promova a desconstrução de preconceitos, racismo e formas desiguais de tratamento dos cidadãos. A eficácia e efetividade de política de patrimonialização do maracatu no âmbito local e federal, é problematizada tendo em vista que perduram ao longo deste século o preconceito social, a opressão e repressão dos poderes públicos à manifestação em Pernambuco.

Na mesma linha são os dois artigos seguintes nesta seção do Dossiê, ambos tratam do Samba de Roda no Recôncavo Baiano; o artigo Notas sobre a Patrimonialização do Samba de Roda: deslocamentos e perspectivas a partir do grupo Voa Voa, de Maria de Fernanda Castro de Queiroz, traz o processo de mobilização social para a patrimonialização do Samba de Roda pelo poder público e Unesco. Podemos observar o difícil encontro inicial entre Estado e sambadores e sambadeiras, que reiterou racismo e exclusão dos segmentos da população negra; e a subsequente mobilização destes segmentos para a apropriação da perspectiva patrimonial e para o protagonismo na implementação da salvaguarda. Traz a crítica mais geral e abrangente que problematiza a dinâmica cultural trazida pela política de participação social na gestão do patrimônio, em especial a necessidade de: adequação à organização burocrática, adequação à expectativa de performance organizada pela indústria cultural; manutenção da autonomia de

criação, transmissão e gestão do samba de roda por parte de sambadeiras e sambadores. O artigo Políticas para a Capoeira: patrimônio cultural como reconhecimento e acesso à cidadania, de Gabriel da Silva Vidal Cid, traz uma análise sobre a trajetória de reconhecimento da capoeira no Brasil; e apresenta diferentes aspectos de conflitos e tensões, trazendo à tona questões relativas à maneira como as políticas de memória em nosso país foram sempre seletivas, hierarquizadas e aspectos da subalternização foram reforçados. O sexto artigo desta seção A Banda Toca a Esperança da Gente, de Artur Hugo da Rosa, descreve o processo de patrimonialização de uma banda de música popular em Florianópolis. O processo foi desencadeado por um agente e um grupo mobilizado para o encaminhamento da proteção e salvaguarda de seu patrimônio: uma banda – processo que levou ao reconhecimento, pelo poder público local, de outras bandas também como uma tradição na cidade. O processo é essencialmente burocrático, sem as dimensões de resistência cultural e política dos detentores frente ao autoritarismo e violência do Estado. E assim, o artigo traz um nítido contraste entre os contextos bem distintos trazidos até então nesta seção, onde vemos a violência e autoritarismo do Estado, que por outro lado, de maneira esquizoide, apresenta a proposta do patrimônio imaterial aos detentores. Aqui se destaca o papel da participação social destes processos, e da importância destas organizações locais de base comunitárias para o reconhecimento de seus patrimônios. O último artigo desta seção do Dossiê é o instigante artigo de Lucas Cimbaluk, intitulado de A Pesca Colaborativa entre Botos e Humanos para matar Tainhas em Laguna/SC e desafios da natureza para a Política de Patrimônio Cultural Imaterial, que traz aspectos interessantes relativos ao patrimônio imaterial e os saberes da natureza. O artigo trata do processo de patrimonialização da pesca artesanal da tainha com colaboração de botos em Laguna, SC – um bem cultural de altíssima complexidade tendo em vista que os botos são livres, não são domesticados; e apenas alguns indivíduos população de botos se especializa nesse tipo de pesca, transmitindo a tradição de geração em geração. A manutenção da tradição, assim, por um lado, depende da transmissão entre humanos pescadores e, por outro lado, depende da transmissão entre botos, agentes não-humanos - e ainda, humanos e botos se ensinam mutuamente e se aperfeiçoam na tradição à cada tarrafada, ao longo de pelo menos um século. O processo de salvaguarda, nesse caso, não depende exclusivamente dos humanos, detentores, estudiosos, gestores públicos e do Estado – que podem fazer tudo, ou nada para preservar este bem cultural, mas se os botos não quiserem, não transmitirem e não praticarem

nada acontece – levando-nos à relativização da perspectiva antropocêntrica na salvaguarda deste bem cultural.

Na quarta seção A Salvaguarda do Patrimônio Imaterial e Museus, os artigos têm em comum a perspectiva da museografia como eixo de ação de salvaguarda de bens culturais reconhecidos no âmbito federal como patrimônio imaterial: as matrizes do Samba no Rio de Janeiro e o Frevo – bens reconhecidos como formas de expressão que compreendem bens associados à música, à dança à oralitura, às formas de organização comunitárias e a interface com poderes públicos, indústria cultural, e os diversos segmentos da sociedade abrangente. O artigo de Nilcemar Nogueira e Desirée dos Reis Santos, Samba, cidadão brasileiro”: desafios e impactos no processo de patrimonialização das matrizes do samba no Rio de Janeiro, trata do processo de mobilização e agência das bases comunitárias detentoras da cultura do samba no Rio de Janeiro em torno da identificação de suas referências patrimoniais e construção da instrução do registro e do plano de Salvaguarda junto ao Iphan. Destaca-se o papel central de um centro cultural de base comunitária como catalizador, mediador e gestor do processo. E o desenvolvimento desta instituição como um museu/centro de referência das matrizes do samba – o Museu do Samba - dinâmico, multifacetado e articulado com a perspectiva da salvaguarda do patrimônio imaterial; de maneira que a sociedade civil detentora da tradição é a autora da narrativa sobre o bem cultural, e autora do processo de patrimonialização, atuando como parceira do Estado. No artigo de Eduardo Sarmiento e Nicole Costa, O Frevo e Sua Curadoria: da Inquietação à imaginação temos a experiência de gestão do Passo do Frevo – um centro de referência de bem patrimonial reconhecido no âmbito local e federal. Traz contribuição importante no âmbito da história recente das políticas de patrimonialização das culturas populares; e, por outro lado, traz questionamentos interessantes acerca da interface da museologia com o patrimônio imaterial - a exposição objetificada e materializada de um patrimônio que é imaterial e essencialmente performático .

Tanto do ponto de vista teórico-metodológico, quanto do ponto de vista do diálogo com as políticas e diretrizes públicas contemporâneas, os artigos deste Dossiê trazem diferentes reflexões e práticas no âmbito do reconhecimento e salvaguarda do patrimônio cultural que resultam de um exercício de problematização dos diferentes aspectos decorrentes da consolidação da Política para o Patrimônio Imaterial no Brasil, iniciada no ano 2000. Os trabalhos dispostos se apresentam assim como exercícios necessários de reflexão teórica, prática e política sobre o conjunto de possibilidades complexas que o campo do Patrimônio

Imaterial congrega; apresentando aspectos importantes para o desafio da consolidação da política para as próximas décadas, entre elas a saber: transcender ao abismo social que nos assola, buscando alcançar políticas de patrimônio que se transfigurem também em políticas afirmativas de acesso a cidadania e reconhecimentos.



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional